

Centro Social do Pego

Anexo

31 de março de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	9
6	Ativos Intangíveis	11
7	Empréstimos bancários	12
9	Inventários	12
10	Rédito	13
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	13
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	14
14	Imposto sobre o Rendimento	14
15	Benefícios dos empregados	14
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
17	Outras Informações	14
17.1	Investimentos Financeiros	14
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
17.3	Clientes e Utentes	15
17.4	Outras contas a receber	15
17.5	Diferimentos	16
17.6	Outros Ativos Financeiros	16
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	16
17.8	Fundos Patrimoniais	16
17.9	Fornecedores	16
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	17
17.11	Outras Contas a Pagar	17
17.12	Outros Passivos Financeiros	17
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	17
17.14	Fornecimentos e serviços externos	18
17.15	Outros rendimentos	18
17.16	Outros gastos	18
17.17	Resultados Financeiros	18
17.18	Acontecimentos após data de Balanço	19

1 Identificação da Entidade

O “Centro Social do Pego” tem a sua sede em Rua do Casal, s/n, freguesia de Pego, concelho de Abrantes, 2205-351 Pego, distrito de Santarém e o seu âmbito de ação abrange a mesma freguesia e concelho.

O número de identificação fiscal é 502591161.

É uma instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública de 23 de Julho de 1991 sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social, Associação de Direito Privado”, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, com registo lavrado pela inscrição nº 60/92, de fl.6.2v a fl.6.3 do livro nº 5 das associações de solidariedade social, efetuado em 23Dez1991 (Diário da República, Série III, de 17-9-1992, nº 215, pág. 16.909).

A alteração dos estatutos em conformidade com o novo Estatuto das IPSS, aprovado pelo D.L. nº 172-A/2014 e Lei nº 76/2015, teve publicação oficial do Registo definitivo efetuado pela D.G.S.Social no Portal da Justiça em 9Out2017.

Tem como atividade os seguintes objetivos:

- a) A proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho;
- b) Apoio a crianças e jovens;
- c) Apoio à família;
- d) Apoio à integração social e comunitária;
- e) Promoção e proteção da saúde; nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos.
- f) Além dos fins enumerados no número anterior, o Centro Social do Pego pode prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos com aqueles compatíveis, designadamente iniciativas de carácter económico, social, educativo, cultural/recreativo e desportivo, para a realização dos meios necessários à prossecução dos fins estatutários e no âmbito das suas atividades de natureza associativa.

Para a realização dos seus objetivos, a instituição tem em funcionamento as seguintes respostas sociais:

Centro de dia;

Apoio domiciliário;

Creche;

Jardim-de-infância;

Um lar de idosos, agora também designado de ERPI (Estrutura Residencial para Idosos).

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras de 2011 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura e foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

Em 2016, foi adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) com entrada em vigor a 01 de Janeiro de 2016 aprovada pela portaria nº 220/2015, de 24 de Julho, e que a partir desta data será tida como referencial contabilístico. As Demonstrações Financeiras de 2018 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são (foram) calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens assim que os ativos estejam (estiveram) em condições de ser utilizados.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero (o que é o caso aplicável), exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha (teve) com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, assim que os mesmos estão em condições de utilização.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

(Não aplicável)

3.2.5 Propriedades de Investimento

(Não aplicável)

3.2.6 Investimentos financeiros

As participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

Os Inventários que a Entidade detém destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras, bem como para alguns dos serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de serem gerados fluxos de caixa.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

À data de relato a Entidade avalia os seus ativos financeiros ao valor nominal da aquisição.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

Locações

(Não aplicável)

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor ...”

No caso do Centro Social do Pego, por não ter nem atividade nem rendimentos da tipologia atrás indicada, só é aplicável o regime da isenção mencionada na b) do n.º 1 do art.º 10 do CIRC.

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade **não** usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	7.980,77					7.980,77
Edifícios e outras construções	3.214.978,39					3.241.123,56
Equipamento básico	230.089,52					238.248,11
Equipamento de transporte	139.775,79					139.775,79

Equipamento administrativo	168.415,22					170.486,04
Outros Ativos fixos tangíveis	37.263,02					37.263,02
Total	3.798.502,71	0,00	0,00	0,00	0,00	3.834.877,29
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	441.261,29					505.395,54
Equipamento básico	166.298,70					177.684,87
Equipamento de transporte	139.775,79					139.775,79
Equipamento administrativo	110.486,82					125.906,67
Outros Ativos fixos tangíveis	26.170,75					27.474,32
Total	883.993,35	0,00	0,00	0,00	0,00	976.237,19

Descrição	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	7.980,77			7.980,77
Edifícios e outras construções	3.214.978,39			3.241.123,56
Equipamento básico	230.089,52			238.248,11
Equipamento de transporte	139.775,79			139.775,79
Equipamento administrativo	168.415,22			170.486,04
Outros Ativos fixos tangíveis	37.263,02			37.263,02
Total	3.798.502,71	0,00	0,00	3.834.877,29

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	7.980,77					7.980,77
Edifícios e outras construções	3.241.123,56					3.264.910,19
Equipamento básico	238.248,11					290.277,61
Equipamento de transporte	139.775,79					139.775,79
Equipamento administrativo	170.486,04					173.977,92
Outros Ativos fixos tangíveis	37.263,02					49.948,98
Total	3.834.877,29	0,00	0,00	0,00	0,00	3.926.871,26
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	505.395,54					570.005,53
Equipamento básico	177.684,87					194.274,01
Equipamento de transporte	139.775,79					139.775,79
Equipamento administrativo	125.906,67					141.958,36
Outros Ativos fixos tangíveis	27.474,32					30.559,59
Total	976.237,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.076.573,28

Descrição	2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final

Custo				
Terrenos e recursos naturais	7.980,77			7.980,77
Edifícios e outras construções	3.241.123,56			3.264.910,19
Equipamento básico	238.248,11			290.277,61
Equipamento de transporte	139.775,79			139.775,79
Equipamento administrativo	170.486,04			173.977,92
Outros Ativos fixos tangíveis	37.263,02			49.948,98
Total	3.834.877,29	0,00	0,00	3.926.871,26

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” não se verificaram movimentos.

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade **não** usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017 e 2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	26.506,48					26.506,48
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	26.506,48	0,00	0,00	0,00	0,00	26.506,48

7 Empréstimos bancários

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso a empréstimos bancários:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	7.980,77	0,00	7.980,77	7.980,77	0,00	7.980,77

Edifícios e outras construções	3.264.910,19	570.005,53	2.694.904,66	3.241.123,56	505.395,54	2.735.728,02
Equipamento básico	290.277,61	194.274,01	96.003,60	238.248,11	177.684,87	60.563,24
Equipamento de transporte	139.775,79	139.775,79	0,00	139.775,79	139.775,79	0,00
Equipamento administrativo	173.977,92	141.958,36	32.019,56	170.486,04	125.906,67	44.579,37
Outros Ativos fixos tangíveis	49.948,98	30.559,59	19.389,39	37.263,02	27.474,32	9.788,70
Total	3.926.871,26	0,00	2.850.297,98	3.834.877,29	976.237,19	2.858.640,10

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	6.000,00	887.950,77	893.950,77	250.000,00	622.402,11	872.402,11
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	113.719,45	113.719,45	0,00	142.149,29	142.149,29
Total	6.000,00	1.001.670,22	1.007.670,22	250.000,00	764.551,40	1.014.551,40

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos	54.673,08	15.766,32	70.439,40	80.642,19	26.145,17	106.787,36
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2017	2018

Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	43.354,17	158.832,92	0,00	88.655,85	140.243,71	0,00	129.963,45
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	43.354,17	158.832,92	0,00	88.655,85	140.243,71	0,00	129.963,45
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				146.879,14			134.557,90
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	730.303,62	712.978,98
Quotas e joias	12.988,75	13.062,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	1.000,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	743.292,37	727.041,48

11 Provisões

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, não ocorreram variações relativas a provisões.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
Apoios do Governo		
Total	0,00	0,00

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Estando no regime da isenção mencionada na b) do nº1 do artº 10 do CIRC o imposto corrente contabilizado, é de 0,00€, igual valor por não haver lugar a tributações autónomas.

Descrição	2018	2017
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foi de 26.

Os órgãos diretivos não são remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 92 e em 31/12/2017 era de 92.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	846.313,55	795.624,60
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	180.908,80	159.667,33
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6.871,88	11.063,97
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	8.057,15	1.661,77
Total	1.042.151,38	968.017,67

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	11.955,33	9.156,59
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	12.455,33	9.656,59

O valor inscrito em “investimentos noutras empresas” diz respeito ao título de capital CCA, pelo qual este Centro Social se tornou associado.

Pese embora sejam classificados como “outros investimentos financeiros” os valores inscritos nesta rubrica correspondem apenas aos descontos obrigatórios para o Fundo de Compensação.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	1.091,25	718,75
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	1.091,25	718,75
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	12.939,99	9.861,19
Total	12.0939,99	9.861,19

Nos períodos de 2018 e 2017 não foram registadas “Perdas por Imparidade”.

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte de-composição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	1.057,89	1.036,11

Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	9.246,57	9.246,57
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	-25.219,90	-25.219,90
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	-14.915,44	-14.937,22

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Remunerações a liquidar		110.907,79
Total	0,00	110.907,79
Rendimentos a Reconhecer		
		50.075,40
Total	0,00	50.075,40

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não era detido qualquer deste tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	324,94	1.620,31
Depósitos à ordem	7.896,61	63.493,13
Depósitos a prazo		50.000,00
Outros		
Total	8.221,55	115.113,44

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	8.241,98	0,00	0,00	8.241,98
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	296.671,30	0,00	-21.553,97	275.117,33
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.625.196,85	0,00	-39.689,36	1.585.507,49
Total	1.930.110,13	0,00	-61.243,33	1.868.866,80

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	82.739,62	62.416,49

Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	82.739,62	62.416,49

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.681,84	1.348,71
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.681,84	1.348,71
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	40.961,78	19.781,30
Outros Impostos e Taxas	1.403,18	798,52
Total	42.364,96	20.579,82

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		-1.057,89		-1.036,11
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		-238,08		-50.075,40
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		25.219,90		25.219,90
Total	0,00	23.923,93	0,00	-25.891,61

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

Descrição	2018	2017
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	605.360,92	568.892,13
Subsídios de outras entidades	49.617,49	43.917,34
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	654.978,41	612.809,47

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	64.880,98	50.087,83
Materiais	8.283,14	9.676,22
Energia e fluidos	113.337,12	102.707,39
Deslocações, estadas e transportes	1.926,43	627,86
Serviços diversos	90.210,28	77.866,84
Total	278.637,95	240.966,14

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.270,38	219,47
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Outros rendimentos	41.936,09	42.004,80
Total	43.206,47	42.224,27

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	150,00
Outros Gastos	370,00	370,00
Total	370,00	520,00

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4.688,20	2.073,54
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00

Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	4.688,20	2.073,54
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	1.000,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	1.000,00
Resultados Financeiros	-4.688,20	-1.073,54

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 30 de Março de 2019.

Pego, 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado

A Direcção

C.C. nº 31310

António Mor
Joaquim Serrano
Joaquim Oliveira
Joaquim Fontinha
Edmundo Fontinha